

GADOTTI, Moacir. "Prefácio". In: GASPAR, Maria de Jesus; LINHARES, Célia (orgs.). *Alfabetização educadora de jovens, adultos e idosos maranhenses*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

Prefácio

Alguém que não conhecesse o Brasil poderia me perguntar: por que vocês precisam ainda de um Plano de Alfabetização? Vocês ainda não conseguiram estender o direito à educação para todos?

Essa é a nossa dura realidade: não faltaram promessas, não faltaram compromissos assumidos, e também não faltaram planos. Até hoje, quase 10% da nossa população, com 15 anos ou mais, nem sequer saber assinar seu nome. É verdade, a taxa de analfabetismo vem caindo, mas, se considerarmos apenas jovens, adultos e idosos que têm domínio da leitura e da escrita no Brasil, apenas um em cada quatro brasileiros, acima de 15 anos, sabe, realmente, ler e escrever, isto é, leem e sabem o que estão lendo. Isso significa que cerca de 70 milhões de brasileiros precisam ser incluídos no mundo letrado. Por isso, precisamos ainda de planos de alfabetização.

Nenhuma sociedade resolveu seus problemas sem equacionar devidamente os desafios de educação, e não há países que tenham encontrado soluções para os desafios educacionais sem equacionar devida e simultaneamente a educação de adultos e a alfabetização. O analfabetismo é a negação de um direito fundamental. Atender à criança pobre não basta. É preciso também atender os adultos pobres, sem instrução. Devemos perseguir a meta de zerar o analfabetismo não apenas por meio de acesso ao ensino fundamental. Não atender o adulto analfabeto é negar-lhe duas vezes o direito à educação, primeiro na chamada idade própria, e, depois, na idade adulta.

O governo do Maranhão, com o PAEMA, está rompendo com a descrença de que o problema é insolúvel, propondo a mobilização da sociedade em torno desse tema. A luta contra o analfabetismo no Brasil é antiga, mas, até agora, não alcançou sua meta, que é eliminá-lo. As grandes campanhas contra o analfabetismo começam ainda na década de 40 do século passado. Mas sabemos que não bastam campanhas. Precisamos de planos e, sobretudo, de planos continuados. A descontinuidade das políticas públicas tem sido a principal causa do seu fracasso.

O PAEMA foi elaborado de forma participativa, por meio de fóruns regionais, consultar a movimentos sociais, populares e entidades civis, religiosas, empresariais, organizações não governamentais. Todos os municípios do Maranhão foram convidados a participar e a se engajar nele, articulando diferentes iniciativas de educação presencial e à distância. O analfabetismo não é um problema setorial. Ele precisa ser visto de forma sistêmica. As ações alfabetizadoras precisam ser continuadas, articuladas e envolvendo as diversas instâncias do poder público e da sociedade civil.

O PAEMA não quer apenas alfabetizar. Sua concepção de alfabetização é “educadora”, portanto, problematizadora, emancipadora. Nessa concepção, os analfabetos não são tratados como ignorantes, mas como sujeitos de direitos que precisam tornar-se governantes, cidadãos plenos.

Este livro é mais uma contribuição ao esforço do governo do Maranhão. Nele, o leitor, a leitora, encontrarão narrativas e pistas mercadológicas do processo de construção do PAEMA, bem como subsídios para entender a problemática alfabetizadora do Maranhão – seus impasses e avanços – e caminhos possíveis de superação. Para isso, uma aproximação histórica da educação maranhense – e da educação popular em particular – e a apresentação da concepção freiriana de alfabetização foram imprescindíveis. Não foram esquecidas, também, as análises sobre a dimensão intersetorial e intertranscultural de alfabetização, a gestão democrática, bem como a necessidade de um projeto político-pedagógico e de uso de diferentes linguagens e metodologias, como a educação à distância. Os desafios são enormes, ninguém duvida. Há negociações a fazer, há dificuldades estruturais a enfrentar, há questões de método. Muitas vozes estão presentes neste livro. Por isso ele é muito especial!

Caro leitor, cara leitora, todos nós sabemos que não se executa um plano sem objetivos e metas claras, mas também sabemos que ele ficará letra morta sem o entusiasmo e a dedicação de todos e de todas que nele estão envolvidos. Se fosse fácil resolver o problema do analfabetismo, ele teria sido resolvido. É preciso vontade política dos governantes e participação da sociedade. Por isso, o PAEMA prevê uma política de apoio aos alfabetizandos, uma política de estímulo e acesso à leitura, à formação inicial e continuada de educadores, e acompanhamento pedagógico e a avaliação permanente. Os jovens e adultos alfabetizandos precisam continuar seus estudos na escola pública, a qual precisa ser preparada para receber esses novos, para acolhê-los, oferecendo-lhes as condições para a continuar aprendendo, aproveitando sua experiência de vida.

Sim, há muito trabalho pela frente. Mãos à obra. Boa leitura.

Moacir Gadotti